



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
BAHIA
Campus Eunápolis



pindorama
Revista Eletrônica Científica do IFBA

**Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA Nº 02 – Ano 3 – junho/2012 –
www.revistapindorama.ifba.edu.br**

Uma nova economia para Porto Seguro: a reestruturação econômica da capitania entre os anos 1770-1777¹

Tharles Souza Silva

Graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, *Campus XVIII Eunápolis - BA*. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3080501166975791>. E-mail: tharlessilva@yahoo.com.br Endereço residencial: Rua Joaquim Alves Pereira nº 404, Eunápolis. Telefone (celular) (73) 8166-6499.

RESUMO:

O presente artigo discute o processo de reestruturação econômica ocorrido na capitania de Porto Seguro a partir da segunda metade do século XVIII. Analisando rapidamente práticas econômicas no contexto das Reformas Pombalinas pretende-se observar o processo de ressignificação econômica na capitania empreendido pelo ouvidor José Xavier Machado Monteiro.

Palavras-chave: Porto Seguro. Reestruturação Econômica. Nova Economia.

INTRODUÇÃO

¹Texto resultante de pesquisa feita para a produção da monografia de graduação “A Criação da Ouvidoria de Porto Seguro 1763-1780”, orientada pelo professor Francisco Eduardo Torres Cancela, ao qual agradeço pela grande ajuda que me prestou ao longo do desenvolvimento da mesma.

A economia na capitania de Porto Seguro sempre esteve voltada a atividades extrativistas. Desde as primeiras levas de povoamento a pesca e a extração de pau-brasil estiveram presentes na vida dos colonos, assim como a plantação das lavouras de cana-de-açúcar e farinha. Devido a fatores que permeiam ataques indígenas, desavenças entre as autoridades locais, bem como a falta de investimentos, a situação econômica da capitania percorre mais de dois séculos em um relativo ostracismo. A produção extraída na capitania era basicamente consumida em si própria.

Durante o contexto reformista pombalino um plano colonial cunhado em bases iluministas e fisiocráticas pretendeu dar novo sentido à colonização de Porto Seguro. Através de uma ação conjunta entre a coroa, oficiais régios e a sociedade colonial local, tornou-se possível a implantação de um programa régio de reestruturação. Dentro desse programa, várias estratégias foram implantadas com a finalidade de “ressuscitar a antiga capitania”.² Todavia o aspecto que ora nos interessa é o âmbito econômico.

Voltando-se ao meio econômico é preciso destacar que, no bojo das ações dos dirigentes régios em Porto Seguro tinha-se como principal estratégia a utilização da mão-de-obra indígena. Outra notável percepção colonial – um tanto voltada a fisiocracia – foi o entendimento da necessidade da diversificação dos produtos cultivados na capitania. Como Porto Seguro era formado basicamente por vilas de índios a utilização destes seria indispensável para a reestruturação econômica destas terras.

Acreditando que o fortalecimento da produção levaria ao crescimento do comércio interno, pensou-se em Porto Seguro como uma capitania voltada ao abastecimento dos dois maiores centros urbanos do Estado do Brasil (Salvador e Rio de Janeiro). Isso classificaria a capitania como produtora de gêneros voltada ao abastecimento do mercado interno da colônia.

²Como bem definiu Renata Araujo (2003, p. 157), o iluminismo português aproximou o termo “reformatar” ao sentido de “ressuscitar”. O discurso pombalino veiculou uma reforma de cunho bélico-político utilizando o termo restaurar no sentido de recuperar ao monarca um poder outrora usurpado. “Reformatar” aproximou-se de “ressuscitar” quando fez convergir no reformador o papel de político conquistador e salvador (este último termo torna-se mais compreensivo ao se lembrar do tratamento dispensado aos indígenas).

Como fonte documental utilizou-se alguns dos relatórios anuais que ouvidor enviava a Portugal dizendo os “progressos” que havia feito na capitania ao longo do ano. O recorte de tempo em questão foi escolhido devido à importância que o mesmo apresenta na história da capitania que, marca o período inicial da criação da ouvidoria de Porto Seguro (criada por decreto régio em 1763, cujas instruções datam de 30 de abril do mesmo ano). José Xavier Machado Monteiro foi o segundo ouvidor de Porto Seguro e governou a capitania de 3 de maio de 1767 até 1780.

Devido à morte prematura do primeiro ouvidor, Tomé Couceiro de Abreu, seu substituto foi o responsável pela implantação da ouvidoria e herdou deste as mesmas instruções. Pouco se sabe da vida de José Xavier e o que descobrimos a respeito dele é relatado pelo próprio em uma de suas cartas. Nascido em 1713 teve duas filhas e era viúvo, serviu durante 42 anos no desembargo do passo, foi 4 vezes juiz de fora na vila do Conde, ouvidor da comarca de Linhares, ouvidor e depois provedor da comarca de Ourique. Esteve no cargo de ouvidor de Porto Seguro por 13 anos.

Para abordar esse tema este trabalho será dividido em duas partes. Na primeira se fará um contexto da política portuguesa a partir da segunda metade do século XVIII. Na segunda parte que, por sua vez é dividida em três, tratar-se-á da “nova economia” de Porto Seguro. Esta segunda parte se desdobra em: “os índios e a nova economia” onde se falará das ações político-econômicas referentes aos indígenas; “as lavouras”, quando se abordará o processo de implantação de novos tipos de cultivo na capitania, processo que se dá gradativa e lentamente; e por último, “os rebanhos”, momento onde se falará, ainda que limitadamente, da criação de gado em Porto Seguro.

1. UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO SÉCULO XVIII PORTUGUÊS

O Império Português no século XVIII era uma grande extensão de terras ao longo dos continentes que autorgava ao monarca lusitano o título de “rei de Portugal, dos Algarves, d’ aquém e d’além mar (...)” (AMADO e

FIGUEIREDO 2001, p. 7). Era um reino de nobreza vasta e polarizada que se encontrava à margem dos demais países europeus e junto a Espanha constituía a periferia da Europa ocidental setecentista.

Nesse contexto as colônias ultramarinas funcionavam como sustentáculo da economia lusitana. Essa dependência criada ao longo do período colonial exigia da metrópole presença e vigilância, constantes. Em sua primeira metade o século XVIII representou para toda a colônia um momento de maior centralização político-administrativa. Tal fato se inicia ainda no governo de d. João V (1706-1750), no qual “a grande prioridade [...] foi sempre o Brasil, a defesa de suas rotas e a definição e proteção das suas fronteiras” (MONTEIRO 2001, p. 212). Com o crescente declínio da balança comercial lusitana essa situação se acentua no período de d. José I (1750-1777) talvez por isso, foi neste momento que se tornou possível uma reforma político-administrativa em Portugal.

Entre 1720 e 1750 houve um relativo momento de descentralização o que possibilitou o fortalecimento dos poderes locais e a intensificação das brigas por espaços na administração colonial.³ Além disso, um “estado de instabilidade econômica rondava Portugal, cujas causas estavam na perda da arrecadação tributária nas colônias, no déficit demográfico metropolitano e na crise da produção agrícola” (CANCELA 2007, p. 43). Foi nesse cenário que d. José I assumiu o trono em agosto de 1750 e nomeou como seu braço direito Sebastião José de Carvalho e Melo.

Secretário de Estado da Guerra e dos Negócios Estrangeiros Sebastião José passou a história conhecido por seu título nobiliárquico conferido em 1770, o de marquês de Pombal e tornou-se de longe a maior personalidade lusitana do século XVIII. O governo português necessitava urgentemente de reformas estruturais, pois sua economia estava debilitada e dependente da Inglaterra, sua política interna enfraquecida e seu controle sobre as colônias ameaçado, sobretudo na América, onde os espanhóis lhes faziam fronteira.

³Para mais detalhes, ver o capítulo de Bicalho (As Câmaras e o Governo do Império), in FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda. GOUVÊA, Maria de Fátima (org.) “O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Pombal foi um dos homens que mais contribuíram para a mudança deste quadro que, encontrou neste ambiente situação perfeito para as reformas que pretendia realizar. Ao longo de sua trajetória nos serviços régios ele passou a nutrir uma grande antipatia pelos ingleses (reflexo da dependência de Portugal em relação a estes, notada bem de perto durante o período em que serviu na Inglaterra) e pelos jesuítas (que representavam um embargo para a utilização da mão-de-obra indígena, já que estes detinham o monopólio dos índios). É preciso entender as Reformas Pombalinas no contexto do movimento Iluminista e fisiocrático e dentro dessa “racionalização” cientificista do século XVIII que, essas transformações eram necessárias naquela época.

Ao se falar em “Reformas Pombalinas” tem-se a impressão de uma abrangência que, talvez, elas não tenham tido e cria-se em torno de Pombal um ar de “déspota esclarecido”. Isso se deve não só às suas ações, mas também aos comentários que seus contemporâneos teceram a respeito de sua pessoa. Pombal se tornou de longe o mais despótico ministro lusitano do século XVIII, não só por suas práticas, mas também pelo que se disse a seu respeito ao longo dos anos.

Sob a égide das reformas pombalinas todo o cenário político-administrativo e socioeconômico, colonial ou reinol, passou por transformações. A política colonial portuguesa, “especialmente aquela direcionada ao Brasil, passou por alterações sensíveis” (ARRUDA 2001, p. 252), no entanto, essas reformas foram em sua maioria mercantilista e fiscalista e não transformaram bruscamente o padrão tradicional de exercício do poder político no império. Porém, as reformas possibilitaram ao governo lusitano relembrar o seu papel de arquiteto ante ao destino do império português, além de reavivar o próprio sentido da colonização ultramarina.

Apesar de fiscalistas e mercantilistas essas reformas atingiram amplo setor da sociedade colonial e também reinol. As reformas de Pombal se realizaram em âmbitos econômicos, político-administrativos, sociais, urbanos, culturais e educacionais. Estas incluíam desde a estruturação de um sistema de educação pública renovado para substituir a dos jesuítas até a afirmação da autoridade nacional na administração religiosa e eclesiástica. Além disso, o estímulo ao empreendedorismo industrial e empresarial, assim como a

consolidação da autoridade para lançar impostos e as capacidades militares na estruturação da segurança do Estado, fizeram das reformas de Pombal um momento ímpar na história de Portugal e suas colônias.⁴

Esse é um breve contexto da política portuguesa iniciada a partir da segunda metade do século XVIII. Dentro deste processo a criação de ouvidorias foi essencial para reerguer as áreas “periféricas” das colônias e nesse sentido há a inclusão de Porto Seguro no reformismo pombalino. Na década de 1750 a capitania foi incorporada pela coroa e em 1763 criou-se a ouvidoria e para ela foi mandado o ministro Tomé Couceiro de Abreu que a governou por 16 meses.

Após sua morte de Tomé Couceiro assume o governo da comarca o bacharel José Xavier Machado Monteiro. Nas práticas deste ministro tornam-se claros os objetivos pombalinos de “ressuscitar” a antiga capitania e assim sendo as mudanças gerenciadas por este agente régio foram gerais. Mas a fim de compreender as mudanças de âmbito econômico passar-se-á neste momento à segunda parte deste trabalho que tomará como parâmetros os indígenas, as lavouras e a criação de rebanhos na capitania.

2. UMA NOVA ECONOMIA PARA PORTO SEGURO

Os índios e a nova economia

Sendo os indígenas essenciais para os desígnios da colonização os ouvidores da capitania sempre dispensaram a estes cuidados especiais. Para a “civilização” destes as crianças foram separadas dos pais, pois achava-se que nestes não se tinha como mudar os velhos hábitos, nem mesmo o costume de falar sua “bárbara língua”. As crianças, no entanto, eram apartadas e distribuídas para que aprendessem ofícios. A atenção especial aos índios era determinada pelas instruções de criação da ouvidoria.⁵

⁴Para mais detalhes, ver Maxwell (1996) e Falcon (1982).

⁵Conforme se pode notar nos parágrafos iniciais das Instruções dadas a Tomé Couceiro de Abreu (o primeiro ouvidor de Porto Seguro) em 1763.

Os mais novos a partir dos cinco anos freqüentavam as escolas públicas, as meninas por não haver na capitania mestras que lhes ensinassem ofícios eram distribuídas às senhoras brancas que se dispunham a ensiná-las os afazeres domésticos e os mais “rústicos” eram designados para a “soldada”.⁶ Os adultos foram obrigados a trabalhar nas lavouras e na criação de animais domésticos, tendo um diretor, pessoa responsável por um grupo de indígenas.

O ouvidor José Xavier Machado Monteiro em carta de 10 de maio de 1770 apresenta bons resultados a respeito da educação e civilização dos índios. Segundo ele, os índios, que antes julgava os mais “torpes e ociosos” do Brasil raramente se encontravam no vício da ebridade ou ociosos. Com medo “(...) do castigo se vão sujeitos ao trabalho, de que obtêm lucros, com que melhor se alimentam e cobrem sua nudez”.⁷ Porém, a maior dificuldade que este ouvidor encontrava neles era a de lhes fazer abandonar a língua “bárbara” que falavam. As crianças, no entanto, por estarem sempre juntos aos brancos não falavam mais sua língua materna.

Os serviços que prestavam aos brancos não eram pagos somente em dinheiro. Por esse motivo muitos possuíam vacas ou outro tipo de animal, recebidos como forma de pagamentos aos seus serviços prestados. Sua aplicação as lavouras, longe de ser algo espontâneo, era constantemente vigiada. Ao menos duas vezes por anos eles recebiam a visita de oficiais brancos que relatavam ao ouvidor o estado de sua produção.

O ouvidor estava sempre atento aos indígenas e sempre reportava o modo como os tratava e em que lhes empregava. Em carta de 1771, Jose Xavier Machado Monteiro dizia estar “(...) trazendo-os quase sempre ocupados ou em serviço alheio ou no das suas próprias roças, em que os obrigo a trabalhar por esquadras governadas por cabos daqueles seus mesmo mais

⁶“Pagamento que de fé da aos criados, serventes, trabalhadores; premio recompensa”. Cf. Rafael Bluteau, Dicionário da Língua Portuguesa, Tomo II.

⁷Carta do Ouvidor da Comarca de Porto Seguro José Xavier Machado Monteiro, dirigida ao Rei, na qual relata os acontecimentos e progressos da sua Capitania no anno anterior. Porto Seguro, 10 de maio de 1770.

inclinados à lavoura”.⁸ Para garantir sua aplicação aos serviços, eram castigados os que fossem encontrados distantes de suas localidades. Deste modo o ouvidor dizia lhes estar extinguindo a vadiagem e a ebridade, bem como a ociosidade.

A fuga não era algo raro. O modo como eram conduzidos levava muitos a fugirem para as capitanias vizinhas (Ilhéus ou Espírito Santo) onde poderiam viver sem serem procurados. Essa situação levou o ouvidor de Porto Seguro a requerer a devolução de muitos indígenas que haviam fugido para Ilhéus, mas o ouvidor daquela comarca nunca fez questão aos requerimentos de José Xavier Machado Monteiro.

Quanto aos pequenos índios o ouvidor teve maior felicidade. Em 1771 José Xavier contava 80 meninos nas escolas públicas onde aprendiam a ler e escrever e os mestres ou oficiais de ofícios mecânicos os tomavam como aprendizes. As índias que fossem surpreendidas em lascívia com os negros eram encaminhadas ao casamento com índios e as adultas que estavam em companhia dos pais era orientadas para o mesmo destino. As menores continuavam a ser distribuídas entre as casas dos brancos que, não as recusavam por falta de escravos na capitania.

O trabalho “civilizatório” dos índios foi uma das maiores empreitadas de José Xavier Machado Monteiro. Em carta de 2 de abril de 1772 ele relata estar tão surpreso com o sucesso de sua política indígena que diz nunca ter imaginado, “produzisse no melhoramento dos Índios tanto fruto o arbítrio, que tomei, de conservar sempre aos pais providos de ferramentas e ocupados sempre ou em serviço alheio ou no das suas próprias roças (...)”.⁹ Com o trabalho eles passaram a obter lucros com que começaram a andar vestidos e

⁸Carta do Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado Monteiro, dirigida ao Rei, na qual relata os progressos daquela capitania durante o anno anterior. Porto Seguro, 10 de maio de 1771.

⁹Carta do Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado Monteiro, dirigida ao Rei, na qual relata os progressos realizados na sua Capitania. Porto Seguro, 2 de abril de 1772.

calçados como os brancos e alfaiar¹⁰ suas casas como os mesmos, além de possuir vacas.

Além dos serviços os índios eram educados na fé cristã e nisso também o ouvidor descreve grade êxito. Em 1772 José Xavier observou durante a quaresma o comportamento de cerca de 200 jovens de ambos os sexos e afirmou que nem mesmo em Portugal havia gente tão instruída nos mistérios da fé católica quanto aqueles índios. Civilizar, portanto, incluía seguir a fé que os portugueses pregavam o catolicismo.

Em 1773 cerca de 400 crianças indígenas estavam distribuídas entre as escolas, as soldadas e as casas dos brancos. O ouvidor acreditava que em cerca de trinta anos todos os índios do Brasil estariam Civilizados, se esta política em relação a eles, que estava sendo aplicada em toda a colônia, continuasse.¹¹ Esta fala em especial demonstra a fé na política régia de incorporar por completo os indígenas ao modo de vida dos colonos.

Mas José Xavier com freqüência reclamava de três coisas que não conseguia extirpar nos índios, a preguiça, a prodigalidade e o uso da língua materna. Em 1774 ele chega a dizer que nunca irá conseguir arrancar estes costumes dos mais velhos e só a morte poderá lhes dar jeito. Ele exalta os que foram separados dos pais, por estarem habituados ao trabalho tendo já as “(...) fêmeas suas pecinhas de ouro e prata (...)” e os “machos” vacas de criação. Muitos deles já possuíam entre 30 a 40 mil reis de patrimônio.¹²

No balanço que fez de seu governo em 1777, José Xavier Machado Monteiro menciona seus êxitos com relação aos índios. Na carta ele diz que pelo “(...) lucro do seu trabalho já nenhum anda nu, antes todos universalmente quando menos de camisa e calção; a maior parte já de vestia e chapéu e de

¹⁰Alfaia: móvel, ornato de conserto da casa, Cf. Rafael Bluteau, Dicionário da Língua Portuguesa Tomo I.

¹¹Este pensamento do ouvidor, em especial, demonstra o eco deste com as idéias ilustradas de Pombal, cercou-se de pessoas que pensavam conforme os desígnios humanistas do iluminismo. Para melhor compreender a este respeito ver Maxwell (1996) bem como Falcon (1982).

¹²Carta do Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado Monteiro (para Martinho de Mello e Castro), em que lhe comunica diversas informações relativas àquela capitania. Porto Seguro, 1 de maio de 1774.

sapatos e meias e muitos de casaca e capote (...).¹³ Os filhos pequenos estavam nas escolas, as meninas distribuídas entre as casas das senhoras brancas para aprenderem os ofícios domésticos, os mais rústicos às soldadas. Neste relatório ele menciona, ainda que, muitos estavam a ser casar com os brancos, o que é outra das práticas pombalinas para a “civilização” dos indígenas.

No estado em que os índios estavam ao final do governo de José Xavier Machado Monteiro pode-se apreender o conceito de civilização pregado pelos colonizadores. Segundo ele muitos estavam construindo suas casas de tijolos e cobrindo-as com telhas, com os lucros de suas lavouras e dos trabalhos alheios compravam vacas e alfaiavam suas casas como os brancos, possuíam as mulheres suas “pecinhas” de ouro e prata e andavam vestidos como os brancos e professando a fé católica. E nesse sentido pode-se afirmar que José Xavier cumpriu o que lhe designava as instruções recebidas de Pombal.

O trabalho desenvolvido com os índios de um modo ou de outro foi notório. Se antes, pelo que se tem registro, andavam estes em sua maioria viciados em aguardente, ociosos e a falar suas línguas maternas, após o governo de José Xavier Machado Monteiro eles estavam em outro patamar de “vida social”. Aqueles que não se habituaram à nova forma que estavam sendo dirigidos acabavam fugindo para as capitanias vizinhas.

Essas práticas escondem por trás da ideia de “civilização” a utilização da mão-de-obra indígena. Com a liberdade atribuída aos índios na década de 1750, bem como a expulsão dos jesuítas, a coroa ficou livre para utilizá-los como instrumento de trabalho e passou a incluí-los como “peças” fundamentais no desenvolvimento econômico das áreas ditas “periféricas” da América Portuguesa. A fiscalização da coroa sobre a ação dos ouvidores (obrigados a reportar anualmente os seus feitos) demonstra a importância que a prática da utilização da mão-de-obra indígena possuía para o

¹³Relação individual do que o Ouvidor da Capitania de Porto Seguro (*José Xavier Machado Monteiro*), n'ella tem operado nos 10 para 11 annos, que tem decorrido desde o dia 3 de maio de 1767 até o fim de julho de 1777.

desenvolvimento das reformas de Pombal, que grosso modo, incorporou-os como peças-chave.

As lavouras

Diversificar seria uma questão de sobrevivência. Um dos fatores que asseguraria o restabelecimento comercial de Porto Seguro seria a diversificação das lavouras. Ciente disto o ouvidor, José Xavier Machado Monteiro preocupou-se em incentivar os colonos a diversificarem suas produções. Essa era uma questão de sobrevivência. Os colonos eram obrigados a plantarem e criarem animais, até mesmo por uma questão do próprio sustento e a partir disto poderem se aplicar às novas práticas econômicas a que estavam sendo submetidos.

A primeira menção a “lavouras”, que José Xavier fez em seus relatórios anuais foi em 1773. Ao relatar a questão das plantações o ouvidor fala sobre a grande quantidade de farinha que os lavradores da capitania produziam, mas também comenta sobre a dificuldade de fazer-lhes plantar algodão e de fazer os colonos construírem “engenhocas” de açúcar, o que lhe obrigava a importar este serviço da capitania da Bahia.

Se por um lado havia abundância de farinha, por outro, isso não significava o lucro com este produto. Apesar da grande produção os colonos tinham dificuldades em exportar o produto para a capitania da Bahia, ou qualquer outra, por sua conta, pois não podiam pagar o frete e por essa razão os produtores a deixavam perder na terra (o aipim). Com a produção de algodão o destino não foi diferente. Os colonos, já se iam “(...) desenganando a semearem algodões a que me demovi¹⁴ a obrigá-los, por ver que não anuíam nisto aos meus conselhos, sempre e universalmente teimosos no simples tráfico das farinhas, em que os pais os criaram”.¹⁵ Com a produção de açúcar também foi assim. Os lavradores se queixavam da falta de mestres para o ofício de transformar a cana em açúcar e por serem pobres não podiam custear

¹⁴Demover, “apartar de algum lugar, posto, e *fig.js.de officio* , dignidade; mover do propósito , abalar, comover o animo”. Cf. Rafael Bluteau, Tomo I, op. cit.

¹⁵Carta do Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado Monteiro, na qual relata diversos factos para demonstrar o progressivo desenvolvimento d'aquella Capitania no ultimo anno. Porto Seguro, – abril de 1773.

a construção das máquinas. Por essa razão utilizavam as que existiam em Santa Cruz e Porto Seguro.

Como nem tudo pode ser lamento também havia boas novas. Na mesma carta José Xavier fala sobre a pescaria em alto mar que, segundo ele havia crescido mais da metade do que antes se praticava e da duplicação dos portos que se aplicavam ao transporte de mantimentos e madeiras. Este último ponto aliás, foi uma questão sempre delicada em Porto Seguro, pois apesar do nome, na capitania não havia áreas portuárias muito boas o que de certa forma atrapalhava o comércio, só podendo adentrar a costa embarcações pequenas.

Em 1774 o ouvidor novamente fala sobre as lavouras. No entanto não acrescenta novidades à carta do ano anterior. Mas ao se referir às mesmas, ele comenta sobre o seu “(...) incansável zelo, que nisso tinha, não só por desejar ver enriquecidos e justamente por meio delas radicados os povoadores desta Capitania, mas também por me parecer o tráfico o mais próprio para os divertir dos vícios (...)”¹⁶ Essa era para o ouvidor uma forma de conservar os colonos “tranqüilos” e afastados dos vícios e da ociosidade de que tanto reclamou ao chegar à capitania em 1767.

Como é natural, aos poucos se vai vencendo as dificuldades. Em 1775 José Xavier parecia mais feliz com o estado das plantações na capitania. Em carta ele jacta-se de ter feito aumentar a produção de farinha e que também das novas vilas iam saindo para “(...) o Rio de Janeiro e Bahia muitas embarcações carregadas”.¹⁷ Também a pescaria vinha aumentando nas vilas onde era mais lucrativa essa atividade. José Xavier afirmou que o modo como ele estava conduzindo os moradores, sempre ocupados nas lavouras, de qualquer espécie, era a melhor maneira de os conservarem em paz e sossego. Chegando a ser presunçoso ele afirma que, a paz e a tranqüilidade em que viviam os habitantes de Porto Seguro causava “inveja às outras capitanias”.

¹⁶Carta do Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado Monteiro (para Martinho de Mello e Castro), em que lhe comunica diversas informações relativas àquela capitania. Porto Seguro, 1 de maio de 1774.

¹⁷Carta do Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado Monteiro, dirigida ao Rei, na qual relata o sucessivo desenvolvimento desta capitania. Porto Seguro, 12 de maio de 1775

A produção de farinha tornou-se a mais lucrativa atividade comercial da capitania de Porto Seguro. Dos seus portos saíam embarcações carregadas que supriam não só o exército da colônia, mas as capitanias da Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo. As novas vilas começaram a produzir farinha em grande escala e destiná-la à exportação. Com a insistência do ouvidor a lavoura do algodão também foi introduzida, mas devido ao clima da capitania ela apodrecia com facilidade.

Além do algodão José Xavier tratou de introduzir a cultura do arroz e do tabaco em Porto Seguro. Em 1776 o ouvidor dizia estarem estas ainda em “(...) ténues quantidades porque são pusilânimes e dificultosas de degenerarem, ainda nas povoações de menor produção de mandioca (...)”.¹⁸ Ele fala também do desejo de se implantar a lavoura do açúcar, por crescer a cana naturalmente na capitania, mas a condição de pobreza dos habitantes não permitia o tráfico deste produto.

A produção das lavouras tornou-se uma forma de se evitar a vadiagem e a ociosidade na capitania. Em 1777 jactando-se pelo crescimento de sua capitania relata que ao longo dela tem “(...) feito aumentar as roças e crescer tanto a lavoura, que pode afirmar ter-se duplicado a do algodão e a das farinhas, que nela é a mais útil e com o produto das quais se vai aumentando a escravatura”.¹⁹ Ele diz que estes produtos saíam em abundância das novas vilas, além do aumento da pescaria de garoupa, peixe muito comum na capitania e que sustentava toda a Bahia e o seu Recôncavo (obviamente com ressalvas).

A diversificação das lavouras produzidas na capitania surgiu não só como forma de sustentar sua população que estava crescendo, mas como maneira de aumentar a renda dos seus habitantes e garantir lucros à comarca. Era essencial para a ampliação da capitania que a renda de seus moradores

¹⁸Carta do Desembargador Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado Monteiro (para Martinho de Mello e Castro), na qual lhe agradece a nomeação de seu irmão *Francisco Machado* para o lugar de Provedor da Comarca de Aveiro e lhe dá novas informações, relativas à Capitania de Porto Seguro. Porto Seguro, 1 de julho de 1776.

¹⁹Carta do Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado Monteiro dirigida, á Rainha, na qual se refere aos serviços que prestára, á sua avançada idade e precária saúde, que o obrigavam a requerer licença para regressar ao Reino. Porto Seguro, 27 de julho de 1777.

aumentasse, pois a ampliação dependia de sua arrecadação de impostos para pagar os ordenados de seus oficiais e financiar as “obras públicas” que, estavam sendo realizadas ao longo da capitania. Como José Xavier Machado Monteiro ressaltou em suas cartas, tudo o que fez em Porto Seguro não onerou um tostão ao Real Erário.

Os rebanhos

A nova economia de Porto Seguro não se baseava apenas na agricultura. A criação de rebanhos também foi fomentada, mas não para que se exportassem carnes, couros ou chifres e sim para o sustento das próprias necessidades dos colonos. A esse respeito encontra-se nas cartas do ouvidor menções a porcos e vacas e além desse os habitantes eram obrigados a criar aves em seus quintais e também cabras ou ovelhas, se não possuíssem porcos. Essa obrigação demandava além do suprimento das necessidades próprias, um fomento à diversificação de víveres na capitania.

Os animais que com maior frequência foram citados nas cartas são as vacas. Ao se referir à sua política indígena José Xavier muito falou sobre o fato de que com o passar do tempo eles iam adquirindo vacas, ganhadas como forma de pagamento à soldada ou compradas. Estes animais sempre foram essências para a colonização, pois deles tudo se aproveitava, desde o leite até o couro ou os chifres.

O local onde sempre foi mais abundante a criação de gado foi a capitania da Bahia. Na carta de 1777 dirigida à d. Maria, José Xavier fala da criação de vacas, esta carta, alias, é a única de todo o seu tempo em Porto Seguro (13 anos) em que ele dedica um espaço só para falar a respeito destes animais, ainda que seja pequeno o trecho. Todavia em carta de 1772, ao falar dos avanços de sua política indígena diz que muitos tinham “(...) vacas de

criação, que é a mais lucrosa (*sic*) fazenda do país e em que lhes mando empregar o dinheiro das suas soldadas”.²⁰

José Xavier disse em 1777 que antes dele chegar a capitania, nela não havia ainda 1000 cabeças de vacas e na mesma carta afirma ter tomado uma providência simples para que o número do rebanho aumentasse. O ouvidor proibiu que se matassem nos açougues as fêmeas e que fossem extraviadas para outras capitanias. Quem matasse algum desses animais, o que ele disse ser um costume na capitania, seria punido com a força da lei. Uma medida um tanto quanto simples, mas que permitiu ao ouvidor dizer no final de seu governo que o número do rebanho, “(...) já hoje talvez exceda de 2000”.²¹

O estabelecimento das leis de Vila Viçosa é um interessante documento para que se possa analisar a questão dos rebanhos na capitania de Porto Seguro. Ao estabelecer as leis José Xavier obrigou cada morador a criar animais para o provimento de carnes, da qual a capitania padecia. O documento determinou que “(...) cada morador para o provimento de carnes, de que muito carece o país, será obrigado com pena de 10 tostões a criar, quando menos 4 aves e um ou 2 porcos, cabras ou ovelhas (...)”.²² Nesse trecho fica explícita a necessidade de criação de animais para o próprio sustento dos colonos.

Além dessa imposição havia uma série de medidas que diziam respeito à proteção dos animais. Proibiu-se, com pena de 600 reis e trinta dias de cadeia, a venda da carne de animais que morreram por alguma doença ou que estivesse “morboso”.²³ Também foi proibido matar, ferir ou espancar gravemente ainda que, doente qualquer vaca ou cavalo com pena de 200 reis, porco, cabras ou ovelhas pena de 10 tostões. Qualquer pessoa que pegasse

²⁰Carta de 1772, op. cit.

²¹Carta de 1777, op. cit.

²²Leis municipais e provinciais para o bom governo da nova Vila Viçosa, fundada por José Xavier Machado Monteiro.

²³Morboso; “que diz respeito à doença”, cf. Rafeil Bluteau, Dicionário da Língua Portuguesa, Tomo II, op. cit.

sem pedir besta ou cavalo de alguém ficaria preso durante 20 dias e teria de pagar 200 reis de multa.

Várias interpretações pode-se tirar dessas medidas, desde o costume dos maus tratos com os animais, presente nos moradores de Porto Seguro até os cuidados com o sustento dos colonos e a fomentação do aumento dos rebanhos da capitania, como já foi dito. Ao obrigar os habitantes a criarem animais o ouvidor estava interferindo na própria vida das pessoas, mas fazia isto para suprir uma necessidade básica da capitania, a falta de carnes. Medida aparentemente simples que, se adotada pelos moradores antes, possivelmente teria resolvido este problema. Ao proibir a venda de carnes de animais mortos ele estaria cuidando da saúde dos colonos e ao proibir os maus tratos ele estava zelando pela manutenção dos animais que eram essenciais para os colonos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os séculos XVI e XVII os cronistas falaram com freqüência da “falência” da capitania de Porto Seguro. A pobreza de seus habitantes, seu rendimento anual, a quantidade de escravos dentre outros fatores fez com que essa opinião unânime se perpetuasse. De fato a capitania se encontrava no século XVIII pobre e com uma renda anual muito baixa.

Sua economia ainda se baseava na extração do pau-brasil e na pescaria. É difícil determinar o que levou à falência da capitania, mas passado o momento inicial da colonização, quando a capitania foi governada por Pero do Campo Tourinho, ela teve seu núcleo populacional reduzido, por uma série de fatores como os ataques indígenas ou a falta de incentivo por parte de seus governantes. Outro fator determinante era a distância dos grandes núcleos urbanos, como Salvador ou Rio de Janeiro que deixava Porto Seguro afastada da grande rota comercial da colônia. Desse modo toda a produção de Porto Seguro era voltada para a subsistência de seus moradores.

Já no século XVIII, sob a égide do reformismo pombalino, toda a colônia passou por um período de reestruturação econômica. Inserida nesse processo Porto Seguro tem com a criação da ouvidoria um novo ânimo colonialista que, a permeou em todos os âmbitos, desde o efetivo de colonos até sua reestruturação econômica urbana e social como um todo. Para isso o governo da capitania (aqui tratado apenas o período do segundo ouvidor, José Xavier machado monteiro) buscou reformar seu espaço urbano e sua economia, criando uma infra-estrutura básica para isso e incentivando a diversificação do que se produzia na comarca.

Para tanto toda a sociedade colonial de Porto Seguro foi envolvida desde os índios aos brancos até os negros e mestiços. Numa espécie de cooperação de todos os setores da sociedade, José Xavier Machado Monteiro, gerente colonial deste processo em Porto Seguro, buscou diversificar as lavouras e aumentar sua produção, instrumentalizou antes os colonos com ferramentas e obrigando-os a criarem animais para sua própria subsistência. É claro que deve-se lembra que na cooperação cada setor tinha sua função, aos índios e aos negros cabia o papel de mão-de-obra, ao branco o do colonizador protagonista da ação colonial e à coroa a administradora deste processo. Os colonos por sua vez, com o suporte da comarca passaram a produzir não visando apenas suas necessidades, mas um mercado externo, no caso o da Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo a primeira vista.

A partir desse momento a economia de Porto Seguro não estava ligada só á extração do pau-brasil e a pescaria, mas também à produção de farinha, algodão, arroz, tabaco e a criação de gado – este último item ainda que voltado para o abastecimento interno da ouvidoria representava grande avanço no panorama sustentável da capitania. Este esforço que não pode ser ligado apenas ao ouvidor José Xavier Machado Monteiro, mas também à vontade dos colonos e demais setores da sociedade colonial de Porto Seguro – pois se estes não tivessem cooperado isso não teria sido possível – bem como de políticas coloniais voltadas à reestruturação das áreas ditas periféricas do Estado do Brasil.

Toda a sociedade da comarca direta ou indiretamente cooperou para que a capitania se reestruturasse e passasse a fazer parte mais ativa do ciclo comercial da colônia como um todo. Os índios, com uma política própria para eles, servindo como mão-de-obra ativa, assim como os demais setores sociais, compuseram o que se pode chamar de agentes de transformação que possibilitaram o “ressurgimento” econômico da antiga capitania. Doravante este momento surgiu o que aqui foi chamado de “uma nova economia” para Porto Seguro, tema que se deve ainda muita atenção e estudo.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson de Andrade. O sentido da colônia: revistando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830). In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. 2. ed. rev. e ampl. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001. p. 245-261.

ALDEN, Dauril. O período final do Brasil Colonial: 1750-1808. In: BETHELL, Leslie

(org.). **História da América Latina Colonial**. Tradução Mary Amazonas Leite de

Barros e Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília:

Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. v. 2.

ARAÚJO, Renata. A razão na selva: Pombal e a reforma urbana da Amazônia.

Revista Camões, n.15/16, 2003. Disponível em: http://cvc.institutocamoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/cat_view/62-revistas-e-periodicos/69-revista-camoes/913-revista-no15--16-marques-de-pombal.html?start=10.

Acesso em:

2 de fevereiro de 2011.

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de governar**. São

Paulo: Alameda, 2005.

BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da Lingua Portugueza**: composto pelo padre D.

Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Maraes Silva, natural do

Rio de Janeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Tomo 1.

BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da Lingua Portugueza**: composto pelo padre D.

Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Maraes Silva, natural do

Rio de Janeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Tomo 2.

DIAS, Carlos Malheiro. **História da colonização portuguesa do Brasil**. Porto: Litografia Nacional, 1924. v. 3.

DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves. **Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau**. Ilhéus: Editus, 2007.

FALCON, Francisco José Calasãs. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Ática, 1982.

_____. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José

(org.). **História de Portugal**. 2. ed. rev. e ampl. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP;

Portugal, PT: Instituto Camões, 2001, p. 227-243.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O antigo**

Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria Fátima; BICALHO, Maria de Fernanda. Uma

leitura do Brasil Colonial: bases da mentalidade e da governabilidade do império.

Revista Penélope, Lisboa, n.23, p. 67-88, 2000.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. A "Civilização" dos índios e a formação do Território

Do Brasil. In:_____. Filologia e lingüística portuguesa / Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, Humanitas, São Paulo, nº 4, p. 97-157, 2001.

KIRCHNER, Tereza Cristina. Tradição e reformismo: a justiça no Ultramar português. **Revista Penélope**, Lisboa, n. 30/31 p. 75-91, 2004.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Tradução Antônio Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000.

REIS, José Carlos. **A História entre a filosofia e a ciência**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Fontes

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – Projeto Resgate.

AHU – Projeto Resgate. **Carta do Ouvidor da Comarca de Porto Seguro José**

Xavier Machado Monteiro, dirigida ao Rei, na qual relata os acontecimentos e

progressos da sua Capitania no ano anterior. Porto Seguro, 10 de maio de 1770

– doc. 8215.

AHU – Projeto Resgate. **Carta do Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado**

Monteiro, dirigida ao Rei, na qual relata os progressos daquela capitania durante o ano anterior. Porto Seguro, 10 de maio de 1771 – doc. 8446.

AHU – Projeto Resgate. **Carta do Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado**

Monteiro, dirigida ao Reio, na qual relata os progressos realizados na sua Capitania. Porto Seguro, 2 de abril de 1772 – doc. 8552.

77

AHU – Projeto Resgate. **RELAÇÃO individual do que tenho feito nesta Capitania**

de Porto Seguro, desde o dia 3 de maio de 1767 até o presente. Porto Seguro, 1

de abril de 1772. (a) José Xavier Machado Monteiro. (*Annexa ao n. 8553*). Doc. 8553.

AHU – Projeto Resgate. **Carta do Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado**

Monteiro, na qual relata diversos factos para demonstrar o progressivo desenvolvimento d'aquella Capitania no ultimo anno. Porto Seguro, – abril de

1773 – doc. 8581.

AHU – Projeto Resgate. **Carta do Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado**

Monteiro (para Martinho de Mello e Castro), em que lhe communica diversas

informações relativas áquela capitania. Porto Seguro, 1 de maio de 1774 – doc.

8628.

AHU – Projeto Resgate. **POPULAÇÃO da Capitania da Bahia, em janeiro de 1775.**

Doc. 8748.

AHU – Projeto Resgate. **MAPPA de todas as freguesias, que pertencem ao Arcebispado da Bahia e sujeitos aos seus habitantes no temporal ao governo**

da mesma Bahia, com a distincção das comarcas e villas a que pertencem,

com o numero de fogos e almas, para se saber a gente que se póde tirar de

cada uma dellas para o serviço de S. M., sem oppressão dos povos. Bahia,
9 de

janeiro de 1775 – doc. 8750.

AHU – Projeto Resgate. **Carta do Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado**

Monteiro, dirigida ao Rei, na qual relata o sucessivo desenvolvimento desta

capitania. Porto Seguro, 12 de maio de 1775 – doc. 8787.

AHU – Projeto Resgate. **Carta do Desembargador Ouvidor de Porto Seguro José**

Xavier Machado Monteiro (para Martinho de Mello e Castro), na qual lhe agradece a nomeação de seu irmão *Francisco Machado* para o lugar de Provedor da Comarca de Aveiro e lhe dá novas informações, relativas á Capitania de Porto Seguro. Porto Seguro, 1 de julho de 1776 – doc. 9147.

78

AHU – Projeto Resgate. **Carta do Ouvidor de Porto Seguro *José Xavier Machado***

***Monteiro* dirigida, á Rainha, na qual se refere aos serviços que prestára, á sua**

avançada idade e precária saude, que o obrigavam a requerer licença para

regressar ao Reino. Porto Seguro, 27 de julho de 1777 – doc. 9492.

AHU – Projeto Resgate. **“RELAÇÃO individual do que o Ouvidor da Capitania de**

Porto Seguro (*José Xavier Machado Monteiro*), n’ella tem operado nos 10 para

11 annos, que tem decorrido desde o dia 3 de maio de 1767 até o fim de julho

de 1777”. (*Annexa ao n. 9492*). Doc. 9493.